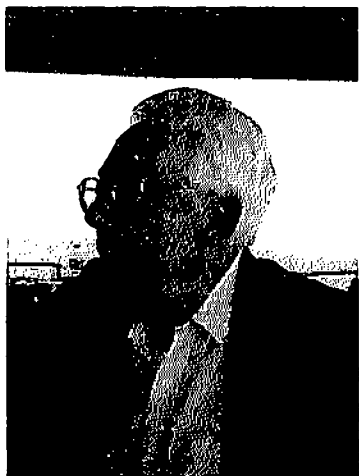


**LYCTAOSA**

## ANTÓNIO HENRIQUE RODRIGO DE OLIVEIRA MARQUES

António Henrique Rodrigo de Oliveira Marques, o historiador e professor universitário que aqui evocamos, nasceu em S. Pedro do Estoril, concelho de Cascais, a 23 de Agosto de 1933, ainda que a família vivesse em Lisboa. Na capital cursou os diversos graus de ensino até se licenciar em Ciências Histórico-Filosóficas em Julho de 1956. De imediato partiu com uma bolsa de investigação para a Alemanha, a fim de preparar a sua tese de doutoramento sob a orientação do prof. Hermann Kellenbenz, que o levará ainda a percorrer outros arquivos europeus.



Ingressa em Novembro de 1957 como 2º Assistente da Faculdade de Letras de Lisboa. Em Julho de 1960 defende, com 18 valores, a sua tese de doutoramento, já impressa *Hansa e Portugal na Idade Média*, passando então a 1º Assistente. Concorre em 1961 ao concurso para Professor Extraordinário de História, mas nunca virá a prestar provas, face aos sucessivos adiamentos do concurso, uma vez que, sobrevindo em 1962 uma crise académica, Oliveira Marques colocou-se ao lado dos estudantes. Tal facto levou-o a demitir-se das suas funções na Faculdade, em Novembro de 1964.

Convidado então pela Universidade de Auburn, nos Estados Unidos, a reger Cursos de História Medieval Europeia, iniciará, a partir do ano lectivo de 1965-1966, o seu périplo pelas instituições universitárias americanas. Nos anos seguintes (1966-1969) será contratado pela Universidade da Florida e em 1970 pela Universidade de Minnesota, mas reger cursos e proferiu conferências em várias outras, como as do Novo

México, Virgínia, Yale, Minnesota, Columbia, Winsconsin, Indiana, e ainda no Queen's College ou em várias instituições culturais deste país.

Regressado a Portugal em Setembro de 1970, só depois da Revolução de Abril de 1974 retornará aos cargos públicos. Foi então nomeado Director da Biblioteca Nacional de Lisboa em 1974 e veio a ser contratado em Julho de 1976 como Professor Catedrático da Universidade Nova de Lisboa, que entretanto se criara. Como Presidente da Comissão Instaladora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas trabalhou para lhe dar corpo até à sua institucionalização em 1977. Nessa Faculdade, foi depois Presidente do Conselho Científico de 1981 a 1983 e em 1984, e aí exerceu funções docentes, até à sua aposentação em 2003, leccionando disciplinas várias de diferentes Licenciaturas e de diferentes Mestrados, em especial o de História Medieval, que então criou.

A sua actividade pedagógica, a que muito se entregava, acompanhando com todo o gosto os seus alunos, em nada lhe prejudicou o seu trabalho científico, o que o seu espírito de rigor e metódico muito favorecia. Continuou a divulgar o seu saber em Cursos e conferências apresentadas no Brasil (S. Paulo, Curitiba, Portalegre), na Argentina (Buenos Aires) ou na Europa, sobretudo na Alemanha, França e Inglaterra. A sua vastíssima obra conta com mais de 765 títulos entre monografias, artigos, adaptações e traduções, e recensões, acrescidos de 272 estudos e anotações de filatelia. Na obra, realizada por ocasião da sua aposentação *Na Jubilação Universitária de A. H. de Oliveira Marques*, foram apreciados os seus contributos por dentro das múltiplas temáticas que desenvolveu — a medievalidade, a paleografia e diplomática, a expansão portuguesa, as relações luso-alemãs, a história da I República, a história da maçonaria, a franquia postal, as histórias de Portugal e historiografia. Esta abrangência científica impede-nos de, nesta nota, tudo abordar, mesmo que superficialmente. Dado que esta Revista se dedica à medievalidade, será essa temática que recortaremos, sem deixarmos de aludir às suas obras de síntese e à sua marca na historiografia do século XX.

Logo em 1959, na sua tese de doutoramento sobre *A Hansa e Portugal na Idade Média*, deu-nos a conhecer as relações comerciais entre Portugal e as cidades da liga hanseática, o que muito elucidou a nossa relevância no comércio externo europeu. Mas foi depois, durante a década de 60, que este medievalista produziu obras maiores e de grande novidade, embora à época de relativo impacto, que se tornaram, todavia, nas décadas posteriores, marcos inultrapassáveis, como bem o demonstram as suas sucessivas edições, sobretudo quando a historiografia portuguesa se renovava em abertura e liberdade no alvorecer da democracia. São dessa época livros como *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, que impulsionará a corrente de estudos de história rural, que muitas vezes este mesmo historiador orientou — como o meu pró-

prio e o de Iria Gonçalves—; *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da vida quotidiana*, que se abre à descoberta da vivências humanas, das materiais às culturais e espirituais, até então quase desconhecidas na historiografia portuguesa; e ainda o *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, roteiro imprescindível das fontes e trabalhos sobre a história medieval, que muito apoiou os jovens investigadores na sua descoberta dos tempos medievais.

Entretanto foi durante esse mesmo tempo (de 1963 a 1971) que escreveu mais de oitenta artigos para o *Dicionário de História de Portugal*, que muito actualizava a historiografia portuguesa, e recolheu vários dos seus artigos, de história da população e de história económica e social na obra *Ensaios de História Medieval Portuguesa*.

Ao abrir a sua leccionação na FCSH, sobretudo no Seminário de «Cidades Medievais» do Mestrado em História Medieval passou a desenvolver uma investigação sobre a história urbana e, sob a sua orientação, saíram inúmeras teses de mestrado e doutoramento sobre os centros urbanos medievais de Norte a Sul do país, o que bem se pode avaliar pela síntese condensada no *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*, que dirigiu e em que colaborou, e ainda pela colectânea de estudos que publicou, em 1998, *Novos Ensaios de História Portuguesa*. E desde então abriu também no Centro de Investigação que criou nessa Faculdade, o Centro de Estudos Históricos, uma linha de edições de *Chancelarias* e *Cortes Régias*, fontes imprescindíveis para os estudos medievais, que com regularidade têm vindo a sair a lume, e continuarão a publicar-se, para além do seu desaparecimento, sob a responsabilidade científica e dedicação do Doutor João Alves Dias.

No tempo em que viveu nos Estado Unidos, Oliveira Marques, sem possibilidade de aceder à documentação medieval, foi-se dedicando à pesquisa de fontes impressas que lhe davam a conhecer o século XX. As suas obras sobre a *História da 1ª República Portuguesa* (1971, 1979, 1991) e os vários livros sobre *Afonso Costa* (vida, obra e documentos), (1972, 1973, 1976, 1978) fazem também deste historiador um pioneiro nos estudos sobre o republicanismo, que se completam ainda com outro dedicado à *Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo* (1975), sendo de referir que estas temáticas continuarão a ser cultivadas pelo autor nas décadas de 80 e 90. Desse labor de recolha em terras longínquas terão por certo aproveitado os seus dois volumes de *Antologia da Historiografia Portuguesa*, saídos em 1974 e 1975, que se completaram posteriormente com os *Ensaios de Historiografia Portuguesa* (1988).

Foi ainda quando vivia o seu exílio americano que Oliveira Marques teve consciência da necessidade que havia de dar corpo a uma obra que pudessem servir os estrangeiros no conhecimento do passado histórico de Portugal.

E assim, em 1972, está a ser publicada em Lisboa, Londres e Nova Iorque, em inglês e português, uma *História de Portugal*, que preenchia um vazio face a sínteses bem antigas, e muito inovava ao contemplar os vectores económicos e sociais na construção da história portuguesa. Com sucessivos aumentos, de dois volumes passou a três, alcançando mesmo a história do tempo presente, esta obra teve uma enorme difusão, contando com treze edições, e ainda traduções para francês, japonês, castelhano e polaco. A partir dela Oliveira Marques elaborou depois uma *Breve História de Portugal*, que conheceu igualmente versões em francês, inglês, chinês, romeno e alemão.

Num projecto de sínteses ainda mais ambicioso, Oliveira Marques lançou-se —juntamente com Joel Serrão, mas tendo sido ele o verdadeiro motor— na edição de uma *Nova História de Portugal* e uma *Nova História da Expansão*. Tratam-se agora de Histórias mais longas, com coordenação própria por volumes e com capítulos actualizados de especialistas das diversas matérias, que se assumem, pela sua clareza e informação, como obras muito didácticas, havendo já saído dez volumes da primeira e oito da segunda. E como que para dar suporte visual a estas obras, por ocasião da sua jubilação, o Autor publicou (de co-autoria) um grosso, graficamente atractivo e muito útil no plano científico-didáctico *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português* (2003) que constitui «uma colecção de mapas respeitantes a várias épocas e assuntos», que pode «ilustrar tanto as análises como as sínteses».

Todavia, a magna obra da *Nova História* não está ainda completa. Oliveira Marques não verá já realizar-se o sonho dos seus últimos anos de vida. O seu inesperado desaparecimento, que, muito pesou à comunidade científica portuguesa e mesmo, por certo, a outros historiadores de além fronteiras, ocorreu a 23 de Janeiro de 2007.

Algumas das suas obras ficaram incompletas, mas outros as hão-de concluir, em sua memória. De umas quantas, como a que queria escrever sobre a sua família, ficarão apenas notas e ecos (para além dos três volumes que publicou, com as memórias de seu pai, de seu avô e a obra teatral de seu bisavô), pois só ele as saberia verdadeiramente escrever. Mas a sua vastíssima, pujante, científica e diversificada produção historiográfica e o seu exemplo de docente universitário, historiador e comprometido cidadão perdurarão no tempo como âncoras e bússolas para todos aqueles que queiram sulcar os trilhos da investigação e as sendas do conhecimento do longo percurso humano, que mais nos responsabilizam no empenho e na cidadania.

## BIBLIOGRAFIA PASSIVA

- A. H. de Oliveira Marques: o Homem e os Historiador. Balanço de seis décadas, diálogos com João Pedro Ferro*, Lisboa, Presença, 1994.
- ANDRADE, Maria Fernanda Macedo Nogueira de; DIAS, João José Alves – «Bibliografia do Prof. Doutor António Henrique Rodrigo de Oliveira Marques», in *Estudos de História de Portugal*, vol. I, Sécs. x-xv. *Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, Lisboa, Estampa, 1982, pp. 39-97.
- ANDRADE, Maria Fernanda Macedo Nogueira de; DIAS, João José Alves – «Bibliografia do Prof. Doutor António Henrique Rodrigo de Oliveira Marques (Continuação – 1982-2003)», in *Na Jubilação Universitária de A. H. de Oliveira Marques*, coord. de Armando Luís de Carvalho Homem e Maria Helena da Cruz Coelho, Coimbra, Minerva, 2003, pp. 185-238.
- «Cronologia do Prof. Doutor A. H. de Oliveira Marques», in *Estudos de História de Portugal*, vol. I, Sécs. x-xv. *Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, Lisboa, Estampa, 1982, pp. 13-37.
- Na Jubilação Universitária de A. H. de Oliveira Marques*, coord. de Armando Luís de Carvalho Homem e Maria Helena da Cruz Coelho, Coimbra, Minerva, 2003.
- «Oliveira Marques (A. H. de)», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 8 (*Actualização*), Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1986, p. 482; e vol. 5 (2.ª actualização), Lisboa, Edições Zairol, Limitada, 1999, p. 605.
- Repertório Bibliográfico da Historiografia Portuguesa (1974-1994)*, coord. de Maria Helena da Cruz Coelho, Maria Manuela Tavares Ribeiro e Joaquim Ramos de Carvalho, Coimbra, Instituto Camões-Faculdade de Letras de Coimbra, 1995, pp. 351-356.

MARÍA HELENA DA CRUZ COELHO

## PETER RUSSELL

El pasado 22 de junio de 2006 fallecía en Oxford el profesor Sir Peter Russell, titular que fue de la Cátedra oxoniense «Rey Alfonso XIII», de Estudios Hispánicos. En recuerdo de la figura de tan ilustre hispanista, reproducimos la Nota Necrológica aparecida en el diario *The Independent* del 5 de julio de 2006, redactada por su discípulo el Profesor Alan Deyermond.

Peter Russell fue uno de los pocos investigadores en alcanzar igual fama tanto en los estudios históricos como literarios. Fue autor de libros de importancia, intensamente originales, y artículos sobre la historia de Castilla y Portugal en la Baja Edad Media, sobre el Infante don Enrique «el Navegante» y la expansión portuguesa, sobre las relaciones históricas y literarias anglo-españolas, sobre la épica castellana, sobre la novela dialogada *La Celestina*, y sobre la teoría y práctica de la traducción en la Baja Edad Media. Su obra se extiende desde comienzos del siglo XIII hasta los inicios del siglo XVII.



Nacido en Nueva Zelanda (como otros destacados medievalistas británicos), Russell se formó en Cheltenham College y en Queen's College, Oxford, especializándose en español, francés y portugués. Fue uno de esa primera generación de hispanistas británicos que se graduaron en español, algo realmente novedoso si se tiene en cuenta que los que ocuparon cátedras de esta materia en los años 20 y 30 se habían licenciado en Estudios Clásicos, Inglés y hasta en Matemáticas.

Tras finalizar sus estudios de licenciatura en 1935, comenzó a investi-

gar para la realización de su Tesis Doctoral sobre la historia del siglo XIV en la Península Ibérica bajo la dirección de William J. Entwistle. Nunca llegaría ultimar su Tesis, pero su investigación dio como fruto dos importantes artículos, publicados en 1938 y 1940, y, en circunstancias excepcionales, un pequeño libro titulada *As fontes de Fernão Lopes* (1941).

Russell había pronunciado una conferencia en Londres demostrando que Lopes, a diferencia de la mayoría de los historiadores medievales, utilizó ampliamente en sus crónicas documentos de archivo. Este descubrimiento revolucionó los estudios sobre el cronista portugués y, por extensión, sobre la historiografía ibérica bajomedieval.

Enviado a Lisboa en la II Guerra Mundial, descubrió en una librería un pequeño libro sobre este mismo tema. Tras una atenta lectura comprobó que el autor era él mismo. Un colega portugués se había hecho con el texto mecanografiado de la versión ampliada de la conferencia y, sin avisárselo, la había traducido al portugués y preparado para su publicación. En su momento y como resultado de estas investigaciones, aparecería un libro mucho más extenso, *The English Intervention in Spain and Portugal in the Time of Edward III and Richard II* (1955).

Russell comenzó a enseñar en 1937, dos años después de haber obtenido el grado de BA (*Bachelor in Arts*), como *Lecturer* en St John's College (Oxford), Y, a desde 1938, en Queen's College. A poco de estallar la guerra, en diciembre de 1940, fue adscrito al cuerpo de Inteligencia, donde alcanzó el rango de teniente coronel. Tuvo una buena guerra, excitante y misteriosa. En honor a la verdad hay que decir que hizo muy poco para despejar el misterio. Cuando un colega le preguntó mucho más tarde si había pertenecido al MI5 o al MI6, su respuesta fue: «A ambos».

Enviado a Lisboa para vigilar al Duque de Windsor y —si hemos de dar crédito a rumores que circularon ampliamente por Oxford— para disparar contra él en el caso de que tratase de desertar a Alemania, más tarde, entre 1942 y 1946, prestó servicios en el Caribe, en varias partes de África y Extremo Oriente, donde, de acuerdo otra vez con los rumores de Oxford, pasó algún tiempo en Java en lo alto de un árbol con una radio de onda corta.

Tras la desmovilización, regresó a Oxford donde fue muy pronto promocionado a *University Lecturer* y elegido como *Fellow* del Queen's College. Fue un tutor solvente y un brillante conferenciante. Sus clases eran claras, bien estructuradas, sólidamente asentadas sobre amplias lecturas y mucha reflexión, y, de vez en cuando, iconoclastas.

En el otoño de 1951 defendió ante un sorprendido auditorio que el *Cantar de Mío Cid*, en contra de lo que se creía, no había sido compuesto por un juglar poco después de la muerte del héroe, sino que era obra de un poeta culto, probablemente un jurista, que lo escribió cien años después. La ar-



gumentación en que se apoyaba era consistente y la evidencia abundantísima. ¿Cómo había sido posible que nadie se hubiese dado cuenta de ello? Ciertamente dudo que Russell lo hubiese advertido de no haberse producido la confrontación de sus investigaciones históricas con la necesidad de impartir un curso de conferencias sobre el *Cantar*.

Cuando al año siguiente publicó su hallazgo en *Modern Language Review*, el responsable de la sección de Español se alarmó tanto que escribió al gran y venerable sabio don Ramón Menéndez Pidal para asegurarle que por su parte no había intención alguna de desprestigiarle. Dicho artículo constituye un auténtico antes y después de los estudios sobre la épica y, aunque ha sido modificado en algunos detalles, lo esencial de su estructura permanece, destacando sobre el panorama académico.

A este estudio siguieron otros igualmente provocativos. En 1953 en un artículo demostró que las relaciones literarias entre la Inglaterra protestante y la católica España del siglo XVII fueron más estrechas de lo que se había supuesto. En una conferencia pronunciada en 1960 puso de tal forma en duda la reputación del héroe portugués Enrique el Navegante, que el Embajador de Portugal presionó sobre los organizadores del acto para impedir, sin conseguirlo, la publicación del texto.

El artículo de Peter Russel «*Don Quixote as a Funny Book*» (1969) criticó de manera convincente algunas de las interpretaciones más solemnes de la obra de Cervantes, si bien, por desgracia, animó a otros hispanistas a encontrar humor en los sitios más insospechados de forma que se generalizó la idea de que se trata de un libro de humor. En 1976 estudió el muy citado y poco leído comentario del siglo XVI sobre *La Celestina* de Fernando de Rojas y llamó la atención sobre cómo la experiencia jurídica de su autor había influido sobre su obra.

En junio de 1952, falleció de forma repentina Entwistle, Profesor de la cátedra de Estudios Hispánicos «King Alfonso XIII». Era prematuro para Russell optar a una cátedra de tal importancia, no tanto por la edad —Entwistle era dos años más joven que él cuando fue elegido para este puesto— sino porque la guerra había frenado sus publicaciones. Sólo había publicado su pequeño libro sobre Fernão Lopes y cuatro artículos. Las 630 páginas de su *Intervention* no estaban aun listas para ser enviadas a la imprenta. Los otros candidatos fueron un maduro y flojo hispanista de Oxford y un eminente catedrático de Escocia. Pero los electores reconocieron la calidad y la capacidad, y, así, a los 39 años de edad, Russell obtuvo la Cátedra que implicaba también su nombramiento como *Fellow* del Exeter College y la dirección del Departamento de Estudios Portugueses. Peter Russell desempeñó estos puestos hasta su jubilación en 1981. Esto significó un gran cambio en sus obligaciones docentes. Prosiguió impartiendo conferencias magistrales, pero hubo de dejar de lado las tutorías, excepto

en un área especializada, y comenzó a dirigir tesis doctorales. Yo tuve la suerte de ser uno de los primeros en beneficiarse de su trabajo metódico y reflexivo.

La lista de sus publicaciones creció, justificando, por su número y calidad, el acierto de quienes le eligieron para el cargo. Entre ellas están dos libros importantes —la *Intervention* y la colección de artículos titulada *Temas de La Celestina y otros estudios del Cid al Quijote*, 1978)— tres folletos y 32 artículos. Además editó un libro de referencia imprescindible, *Spain: a companion to Spanish Studies* (1973).

La jubilación no significó la holganza: además de unos 20 artículos, publicó *Cervantes*, en la serie «Past Masters», y *Traducciones y traductores en la Península Ibérica, 1400-1550*, ambos en 1985, una edición de *La Celestina*, con una larga introducción y numerosas notas, dentro de una importante colección española de clásicos (1991, reeditada y revisada en 1993 y 2001), una colección de estudios históricos, *Portugal, Spain and the African Atlantic, 1343-1490*, 1995), y, como culminación de toda una vida dedicada a la investigación, *Prince Henry «the Navigator»: a life*. Es, sin duda, difícil superar la cualidad e importancia de este conjunto de trabajos.

En los últimos diez años de su vida, Peter Russell decía con cierta frecuencia que iba a dejar de investigar, cosa que nunca hizo: le agradaba enormemente revisar las traducciones al portugués de sus dos libros más extensos; siguió publicando artículos hasta el final de su vida, y estaba trabajando en una edición, que dejó incompleta, de una traducción del siglo XV de la obra de Vegecio.

Su elección para ocupar la Cátedra «King Alfonso XIII» no significó la jefatura del Departamento ya que Oxford no tenía, ni aún tiene, departamentos de lenguas modernas: existe una Facultad de Lenguas Medievales y Modernas, que incluye una Sub-Facultad de Español y Portugués (divididas hoy en dos). Cada una tiene un Presidente electo y en teoría el catedrático no tiene más poder que cualquier otro miembro. Pero la teoría no siempre es la guía de la práctica. Peter Russell había estado vinculado a Oxford desde los 19 años; por esto y por su temperamento, y tal vez por la naturaleza de sus servicios durante la guerra, sabía perfectamente qué teclas tocar. Y lo hizo, ciertamente, gobernando de forma indiscutible hasta su jubilación, y hasta algunos años después de su retiro oficial. Como otros hispanistas de Oxford, aparece retratado —la mayor parte de las veces de forma no muy justa— en las novelas de Javier Marías publicadas en 1990: todo un tremendo aviso para los profesores que piensan en designar a novelistas como ayudantes de lengua.

No hubiera sido bueno para Russell pasar todo su tiempo en Oxford después de su jubilación, y no lo hizo. Como profesor invitado en Virginia, Vanderbilt, Texas y Johns Hopkins transmitió a una o dos generacio-

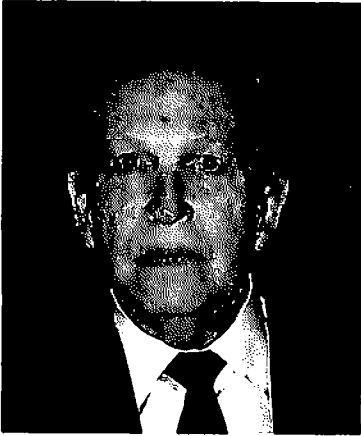
nes de estudiantes americanos la magnífica enseñanza que habían disfrutado tantos estudiantes de Oxford.

Las distinciones, más que merecidas, le llegaron en abundancia, entre ellas el nombramiento de miembro de la British Academy, el Doctorado *Honoris Causa* en Oxford y, en 1995, el título de caballero o *Sir*. Mereció dos Homenajes con motivo de su jubilación, otro al cumplir los 80 años y un cuarto en 2002.

ALAN DEYERMOND  
(Traducción de M. González Jiménez)

## ANTONIO RUMEU DE ARMAS (1912-2006)

Don Antonio Rumeu de Armas nació en Santa Cruz de Tenerife (18 enero 1912) y allí tuvo siempre familia, amistades y muchos de los recuerdos más queridos de su vida. Hizo sus estudios superiores en la Universidad de Madrid —hoy Complutense— donde obtuvo los grados de Doctor



en Filosofía y Letras, con Premio Extraordinario, y Doctor en Derecho. Teniendo las dos carreras, es fácil comprender que su dedicación a la Historia se debió a motivos vocacionales que lo llevaron a preferirla a otras actividades profesionales seguramente mejor remuneradas y entendidas por nuestra sociedad.

La enseñanza fue su principal actividad durante decenios. Las palabras del profesor, como todas las demás, se las lleva el viento, dicen. Pero yo creo que algo queda en la memoria y en la vida misma de los alumnos que las escucharon, y que vienen a ser no sólo saberes que se transmiten sino también semillas que se siembran.

Don Antonio Rumeu fue un sembrador de este género durante medio siglo, con su trabajo en la Enseñanza Media y en la Universidad, donde desempeñó la cátedra de Historia General de España en las Universidades de Granada, en 1942, Barcelona, de 1943 a 1949, y Madrid, desde esa fecha hasta su jubilación. A partir de los años setenta, la denominación de la cátedra fue la de Historia de España en la Edad Moderna, que se avenía mejor con sus principales campos de investigación pero el profesor Rumeu, como otros de su generación, mantuvo siempre en su enseñanza universitaria una perspectiva amplia de lo histórico que hoy en gran parte hemos perdido

debido a la especialización docente tal vez excesiva o, por decirlo mejor, descompensada.

Al mismo tiempo, don Antonio desarrolló una excelente y prolongada labor como investigador y director de trabajos en el Consejo Superior de Investigaciones Científicas, en una época en que la vinculación entre el Consejo y la Universidad era intensa. Muchos años fue director de su Instituto de Historia de España, el «Jerónimo Zurita», y también director de la revista *Hispania* y de la Escuela de Historia Moderna, además de miembro de los Patronatos del Consejo más relacionados con la investigación histórica, el «Menéndez Pelayo» y el «José María Cuadrado». Quienes pasamos algunos años de nuestra vida en los despachos y en la biblioteca del antiguo «Jerónimo Zurita» sabemos muy bien lo que aquella concentración de saberes —en forma de maestros y libros— significó en nuestra formación como historiadores.

Don Antonio Rumeu ingresó en la Real Academia de la Historia, como miembro de número, en 1970. Fue su director en dos ocasiones, de 1986 a 1989 y de 1995 a 1998. Su labor académica se concretó en actividades e iniciativas de la mayor importancia, tanto para la mejora material de las instalaciones de la Academia como para su proyección cultural. A él se debió, por ejemplo, la organización del primer gran Congreso de Academias Iberoamericanas de la Historia, en Madrid, y el dedicado a conmemorar el Descubrimiento de América. Y es el autor de un excelente libro sobre la vida y las actividades de la Academia desde su fundación en 1738 que proporciona la mejor guía para el conocimiento de la institución y, a la vez, de muchos aspectos relativos al desarrollo de la historiografía en nuestro país.

Es difícil ser breve si se quiere exponer, con un mínimo detalle, la amplitud de su obra investigadora publicada. Recordaré, primero, algunos libros escritos por don Antonio en su juventud que sólo más adelante obtuvieron el reconocimiento que merecían como obras pioneras de la historia social y cultural. Me refiero a su *Historia de la censura literaria en España* (Madrid, 1940), a su *Los seguros sociales en nuestro pasado histórico* (Madrid, 1942) y, en especial, a su *Historia de la Previsión Social en España. Cofradías, Gremios, Hermandades, Montepíos* (Madrid, 1942, reed. 1981).

Uno de sus campos de interés más frecuentemente cultivado fue la época de los Reyes Católicos, en especial en su vertiente colombina e indiana. A él corresponden libros fundamentales. Me limito a enumerar algunos, siguiendo el orden cronológico de su publicación:

*Colón en Barcelona* (Sevilla, 1944)

*La reglamentación del trabajo en las Leyes de Indias* (Madrid, 1963)

*La Rábida y el descubrimiento de América* (Madrid, 1968)

*Política indigenista de Isabel la Católica* (Madrid, 1969)

*Hernando Colón, historiador del descubrimiento de América* (Madrid, 1970)

*Un escrito desconocido de Cristóbal Colón: el memorial de La Mejorada* (Madrid, 1972)

*Itinerario de los Reyes Católicos. 1474-1516* (Madrid, 1973)

*El «portugués» Cristóbal Colón en Castilla* (Madrid, 1982)

*Nueva luz sobre las Capitulaciones de Santa Fe* (Madrid, 1985)

*Libro Copiador de Cristóbal Colón* (Madrid, 1989)

*El Tratado de Tordesillas* (Madrid, 1992)

Otra de sus líneas de investigación más queridas fue la Historia del Atlántico y de las Islas Canarias, jalónada por libros de investigación básicos:

*Piraterías y ataques navales contra las Islas Canarias* (Madrid, 1947-1950)

*Alonso de Lugo en la Corte de los Reyes Católicos* (Madrid, 1952)

*España en el África Atlántica* (Madrid, 1956-1957. Segunda edición 1996)

*El Obispado de Telde. Misioneros mallorquines y catalanes en el Atlántico* (Madrid, 1960. Tercera edición 1986)

*La conquista de Tenerife* (Madrid, 1975. Segunda edición, 2006)

Pero la obra histórica de Don Antonio Rumeu de Armas sobre Canarias no se agotó en los grandes libros sino que escribió también decenas de artículos extensos sobre cuestiones siempre originales, a veces pequeños tratados como el que dedicó en 1975 a las pesquerías de altura en el ámbito canario-sahariano durante los siglos XV y XVI, o a Cádiz como cabecera del comercio africano en la misma época; en otras ocasiones, síntesis de alcance periodístico, reunidas hoy en una gran colección de artículos (*Tierra y Mar*, Santa Cruz de Tenerife, 2006). Y, sobre todo, fundó en 1955 y dirigió con tenacidad ejemplar a lo largo de medio siglo el *Anuario de Estudios Atlánticos*, en el que la historiografía y la cultura canarias encontraron su mejor medio de difusión.

La mayor aportación metodológica y de conocimientos que el Profesor Rumeu trajo a la Historia de Canarias fue el empleo de muchísimas fuentes documentales indispensables para la investigación pero que no estaban materialmente en las Islas y así, de paso, mostró que el cultivo de la historia insular no podía desvincularse ni hacerse bien al margen o aparte del contexto español y universal: la buena historia local o territorial sólo es fecunda en el marco de la historia general.

Apenas mencionaré otros ámbitos de su investigación que están lejanos del medievalismo salvo para recordar que fue un gran conocedor de la his-

toria del XVIII, en especial de las iniciativas científicas y tecnológicas españolas en el *Siglo de las Luces*<sup>1</sup> y de algunos de sus principales exponentes, como Agustín de Bethencourt.

Concluiré con un testimonio personal: Don Antonio dedicó por convicción su tiempo y sus desvelos a la Historia y a ser generoso con otros que buscaban en él guía y protección para cultivarla. No esperaba casi nada en correspondencia: conocía bien algunos límites o defectos humanos, de modo que procuraba estar prevenido ante vanidades y desengaños para echarse a la espalda unas y otros cuando se presentaban aunque también me parece que sus colaboradores y discípulos siempre le apreciaron de verdad. Lo traté durante cuarenta años y siempre lo encontré espontáneo y afectuoso, como rasgos constitutivos de su persona. Hoy ya no está aquí y recordarle es el único reconocimiento posible, a sabiendas de que los homenajes y memorias no son regalo para quienes los reciben si, como es el caso, los merecieron tan sobradamente, sino descargo de quienes los ofrecen.

Miguel Ángel LADERO QUESADA

---

<sup>1</sup> En especial, *La Real Escuela de Mineralogía de Madrid* (Madrid, 1979), *Origen y fundación del Museo del Prado* (Madrid, 1980), *Ciencia y tecnología en la España ilustrada* (Madrid, 1980), *El real Gabinete de Máquinas del Buen Retiro* (Madrid, 1990).